

O GRAMADO DO VIZINHO SEMPRE É MAIS VERDE: O Estado Novo brasileiro visto pela Revista *The Crisis*

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins¹
lindercy@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta breve discussão acerca das concepções de democracia e questão racial por meio da publicação de artigos sobre o Brasil na revista norte-americana *The Crisis*. Pretende-se perceber até que ponto a comparação dos EUA com o Brasil era importante para a comunidade afro-americana refletir sobre seu papel na sociedade estadunidense, sobretudo na luta por direitos civis.

Palavras-chave: Estado Novo, política, imprensa norte-americana, racismo

Abstract: This article presents a discussion of the concepts of democracy and racial issues through the articles about Brazil in american magazine *The Crisis*. The aim is to realize how the Brazil compared with U.S. was important for the afro-american community to reflect on their role in American society, especially in the fight for civil rights.

keywords: Estado Novo, politics, American press, racism

O Brasil está na moda. Frases como essa são lidas por muitos que acompanham o noticiário internacional nos últimos anos. Observam-se diversos veículos da imprensa internacional, sobretudo, norte-americanos - a exemplo das revistas de grande gabarito como *Time*, *Newsweek* ou *Forbes* – focalizarem suas lentes no “gigante da América do Sul”, ao escolhem o Brasil como melhor local para investimentos, apontando o português como a “a melhor língua para ser aprendida no futuro²” ou até divulgação de listas inusitadas, ao elegerem a presidente Dilma Rousseff a “segunda mãe mais poderosa do mundo³”. Essas reportagens, evidentemente, repercutem tanto nos EUA quanto no Brasil, criando ressonâncias entre esses países na emissão e disseminação dessas notícias. E é sabido que essa história não é de hoje.

Imprensa e nação.

Há quem diga que o livro - parafraseando uma famosa propaganda de achocolatado – “é seu maior companheiro de aventuras”. Imaginamos que este raciocínio possa se referir também aos periódicos (jornais e revistas), pois estabelecem ligações entre o conteúdo das publicações com seus leitores, configurando o que poderia ser chamado de “imaginário” de determinados assuntos tais como: descrição de lugares

¹ Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Doutorando em História Social–FFLCH/USP.

²<http://moreintelligentlife.com/content/ideas/helen-joyce/brazilian-portuguese-best-language>

³<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-e-a-2-mae-mais-poderosa-do-mundo-segundo-lista-da-forbes,871637,0.htm>

(muitas vezes considerados exóticos para os leitores alhures), sistemas de governo, aspectos artísticos, culturais, guerras, revoluções etc.

Insistindo nessa ideia, observamos o leitor: ao folhear um periódico, mergulha na imaginação da escrita do articulista, acompanha a cada dia (ou semana/mês) os principais acontecimentos de sua região e do mundo, comove-se com personagens, viaja - sem sair de casa - a lugares nunca antes vistos, revolta-se com políticos (sempre eles!). Em outras palavras, vincula-se, mesmo de maneira efêmera, às realidades distantes do habitual, caracterizando, no que arriscamos dizer, a leitura de uma espécie de “romance polifônico com vínculo imaginário”, já que muitas histórias narradas pela imprensa não têm prosseguimento nem desfecho, são ligadas pelo andar do tempo cronológico, personagens “desaparecem”, jornalistas/redatores (os contadores de histórias) são substituídos. Há, de certo modo, risco constante da imprevisibilidade da narrativa jornalística,⁴ já que “*ler um jornal é como ler um romance cujo autor tenha desistido de qualquer intenção de escrever um enredo coerente*”⁵.

O poder da imprensa vai para além de provocar a imaginação do leitor. O jornal, por exemplo, segundo Matias Molina, atinge uma ampla gama de setores sociais, é capaz de penetrar e ultrapassar as esferas do poder, inicia debates, intervém ou influencia o voto dos políticos, rearranja as informações, hierarquizando-as. Esses veículos são testemunhas dos “eventos mais importantes de seu tempo e hoje são repositórios de informações do qual os historiadores não podem prescindir”⁶.

Há outra nuance da imprensa: fenômeno do *capitalismo editorial*, é elemento integrador das chamadas *comunidades imaginadas*. Segundo Benedict Anderson, tanto a literatura quanto o jornal “proporcionam meios técnicos para *representar* o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação”⁷. O referido autor percebe o “nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas

⁴Benedict Anderson apresenta interessante argumentação acerca da similitude entre a literatura e a imprensa, como podemos ver na seguinte citação: “desse ponto de vista, o jornal é apenas uma “forma extrema” do livro, um livro vendido em escala colossal, mas de popularidade efêmera. Será que podemos dizer: Best-sellers por um dia? Mas a obsolescência do jornal no dia seguinte à sua edição – é curioso que uma das primeiras mercadorias de produção em série já prenunciasse a obsolescência intrínseca dos bens duráveis modernos – cria, e justamente por essa mesma razão, uma extraordinária cerimônia de massa: o consumo (a “criação de imagens”) quase totalmente simultâneo do jornal-como-ficção”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2011 p. 67-68.

⁵ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2011 p. 65

⁶MOLINA, Matias M. *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. Rio de Janeiro: Ed Globo, 2007. p. 11-12

⁷ANDERSON, Benedict. op. cit p. 55

aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los”⁸. Apesar de derivações comuns, nação e nacionalismo não significam a mesma coisa. Segundo Hobsbawm, “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”⁹.

Assim, ideia de nação como *imaginada* perpassa a noção de territorialidade, pois seus membros, apesar de não se conhecerem, devido a imensidão do território, têm ciência de seus compatriotas e se imaginam como parte de uma comunidade de anônimos, compartilhando experiências – como a leitura do jornal – no mesmo *tempo vazio e homogêneo*, “em que a simultaneidade é, por assim dizer, transversal, cruzando o tempo, marcada não pela prefiguração e pela realização, mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário”¹⁰.

Para além dessas concepções *andersonianas*, Homi Bhabha discute a nação sob a perspectiva da narração onde “as próprias nações são narrativas e o imaginário nacional nasceu do poder de narrar, articular ou impedir que se formassem outras narrativas”¹¹. Dessa forma, a nacionalidade pode ser pensada em duas categorias: *pedagógica*, consistindo numa sedimentação de determinados pressupostos atemporais da nação que “geralmente dá significado a um povo, uma nação ou uma cultura nacional enquanto categoria sociológica empírica ou entidade cultural holística”; e *performática* que consiste em mudanças ou adaptações de concepção de alguns aspectos da nacionalidade, a ideia do nacionalismo como ato de fala¹². Contudo, como alerta Elias Saliba: “a nação, como comunidade imaginada foi construída culturalmente, não apenas através de suportes escritos mas também visuais, materiais – e toda uma ampla variedade de outros suportes que nossa época se encarrega, cada vez mais, de multiplicar.”¹³

O voo da águia nos trópicos: imprensa norte-americana e o Brasil.

Fazendo um recuo às primeiras décadas do século XX, o avançar das técnicas, sobretudo a utilização do telégrafo, a moderna imprensa, em nosso caso, a norte-americana, deteve condições viáveis de apresentar celeremente ao seu público os

⁸ANDERSON, Benedict. op.cit. p. 39.

⁹HOBBSAWM, Eric. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 p. 19.

¹⁰ANDERSON, Benedict. op.cit. p. 54.

¹¹SALIBA, Elias. A sombra do imortal: reflexões sobre a nação e a memória IN Anais do Museu Paulista, vol.4, n. 1, 1996. (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a21v4n1.pdf> p 311

¹²BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo. Horizonte: UFMG 1998, p. 200-209.

¹³SALIBA, Elias. op.cit., p. 311

acontecimentos de outros países, sobretudo na América Latina.

Para exemplificar, apresentamos o gráfico e a tabela sobre a quantidade de notícias veiculadas por cinco jornais norte-americanos sobre o Brasil desde o fim do século XIX.



Ilustração 1: Gráfico mostra a quantidade de aparições do termo “Brazil” nos seguintes jornais: The Washington Post, Christian Science Monitor, Chicago Tribune, Los Angeles Times e The New York Times

DÉCADAS	QUANTIDADE DE MATÉRIAS SOBRE O BRASIL
1890-1899	19.923
1900-1909	14.985
1910-1919	17.711
1920-1929	28.712
1930-1939	39.560
1940-1949	37.093
1950-1959	29.623
1960-1969	42.813

Tabela 1: A Tabela apresenta a quantidade de matérias em que o Brasil é retratado.

Antes de comentários sobre o gráfico e a tabela, algumas *observações cautelares*:

Primeira ressalva: tanto o gráfico quanto a tabela têm finalidade meramente ensaística, não é, por hora, objeto de estudo aprofundado. Trata-se de dados sem análise qualitativa.

Segunda: a coluna do gráfico apresenta as décadas pesquisadas (tentamos traçar as

décadas republicanas até o final dos anos de 1960) e a linha mostra a quantidade de matérias (na casa dos milhares).

Terceira: as pesquisas foram realizadas junto ao banco de dados do *site Proquest* e ao *site* do jornal *The New York Times*. Há de se ressaltar que os bancos de dados pesquisados são diferentes, porém a sintaxe de pesquisa foi a mesma; digitou-se o termo “Brazil” no campo de busca. Os jornais pesquisados foram: *The Washington Post*, jornal de tendência liberal, (publicado na capital federal norte-americana); *Christian Science Monitor*, periódico dedicado ao jornalismo internacional, (de Boston), *Chicago Tribune*, jornal conservador (de Chicago); *Los Angeles Times*, pertencente ao mesmo proprietário do *Chicago Tribune*, igualmente conservador (Los Angeles) e *The New York Times*, o maior jornal dos EUA em tiragem e importância, tendência liberal (Nova Iorque).

Quarta: cada entrada corresponde a uma matéria em que o Brasil foi citado de maneira direta ou indireta. Exemplo: pode ocorrer que uma matéria trate do Chile, mas em algum momento do texto, o Brasil é citado, embora isso ocorra em poucos casos. Não há duplicidade de matérias, cada entrada é única.

Depois dessas quatro tediosas ressalvas, reportamo-nos aos dados, não antes pedindo mais um pouco de paciência ao leitor: olhando para o gráfico, percebemos grande interesse pelo Brasil no final do século XIX, relacionados, talvez, aos acontecimentos importantes na vida política como os impactos da proclamação da república e seus conturbados primeiros anos. Após esse período, observamos queda acentuada no número de notícias: quase 25% na primeira década do século XX em relação a última década do século XIX.

Entre os anos de 1910 e 1919 houve ligeiro aumento das reportagens, culminando num elevado crescimento entre os anos de 1920 e 1929 (mais de 60% se comparado com a década anterior). Com exceção do período ditatorial mais recente, a ditadura varguista aparece com maior ênfase. Nos anos de 1930 a 1939, encontramos 39.560 matérias; entre 1940 e 1949, foram veiculadas 37.093 notas sobre Brasil. Entre 1960 e 1969, período – nesse estudo - em que houve maior número de matérias sobre o Brasil (42.813 registros), incremento esse não muito significativo, se comparado com a primeira década varguista, com variação menor do que 10%.

Voltando nossa lente apenas para o jornal *The New York Times*¹⁴, considerado o

¹⁴ Os dados não aparecem no gráfico para não “poluir” o texto com muitas tabelas.

jornal mais influente do mundo¹⁵. Durante a década de 1930 encontramos 25.373 matérias sobre o Brasil. Dividindo-se esta quantidade de notas pelo número de dias correspondentes à década pesquisada (3.651) totalizamos quase sete aparições relacionando o Brasil nesse jornal por dia.

Outro dado, (promessa ao leitor, será o último): ao trabalharmos especificamente o Estado Novo (1937-1945) encontramos 29.257 matérias nos seis jornais pesquisados, evidenciando grande repercussão desse período nos EUA. Esses números apresentados, sem dúvida, enlouqueceriam qualquer historiador caso o intuito fosse investigar o conteúdo das notícias num período tão longo.

O que gostaríamos de demonstrar com essas estatísticas “frias” é que para além de uma discussão do nacional, há também a relação com o internacional, o que pode ser problematizado de várias formas - por exemplo, sobre esse aumento do interesse pelo Brasil por parte da imprensa norte-americana - como: as questões de política externa (Política da Boa Vizinhança na época da Segunda Guerra); interesse pela exótica América Latina (e seu *não* tão exótico mercado) ou também, talvez exagerando um pouco, uma forma de (re)definição (*performática*) da identidade da nação norte-americana num período conturbado da história mundial – onde era premente a onda do *antiliberalismo* - a partir do olhar do outro (a ditadura brasileira de Vargas).

A partir das reflexões *andersonianas* sobre o qual a imprensa foi importante na construção de uma comunidade imaginada, inquirimos se essa mesma imprensa que ajudou a propagar o nacionalismo, também foi determinante na constituição ou disseminação do que nomearemos, correndo risco abissal de criar mais problemas do que soluções, - por falta de termo adequado - de “internacionalidade”¹⁶.

Dessa forma, os correspondentes internacionais, a partir de suas narrativas jornalísticas, exerceram a função de “etnógrafos” das comunidades internacionais na descrição da vida e costumes ao redor do planeta. Assim, a imprensa criou uma relação de aproximação entre países longínquos. No caso deste texto, podemos imaginar como os estadunidenses, vizinhos do Norte, puderam (re)descobrir um país tão grande quanto o seu, e em determinados momentos, assustadoramente semelhante¹⁷, localizado ao Sul

¹⁵MOLINA, Matias M. op.cit. p 112

¹⁶Pretendemos refletir melhor sobre este tema durante a feitura da tese: “Ressonâncias impressas: o Estado Novo brasileiro visto pelos jornais estadunidenses”.

¹⁷Como foi o caso da repercussão do golpe de 1937 nos EUA. Em Washington, onde o senador Borah expressou o ponto de vista de que o novo regime brasileiro tinha todas as características do fascismo.

do Rio Grande. Destarte, os leitores interessados no estrangeiro poderiam acompanhar os desdobramentos da política, cultura e cotidiano do Brasil, como um romance de aventura moderno, envolvendo não apenas exóticas florestas intocáveis, silvícolas desnudos ou feras indomáveis, mas também a palácios e atuações de autoridades no imbricado jogo político daquele momento.

O Brasil visto pela revista *The Crisis*.

As revistas, como o próprio nome sugere, pretendem *rever, examinar* determinados acontecimentos. Por não serem publicações diárias, não necessitam atualizar as informações, mas analisá-las. As notícias veiculadas, como em qualquer veículo de imprensa, são filtradas, articuladas e opiniosas, contudo, a particularidade das revistas relacionam-se ao olhar peculiar sobre certos assuntos em virtude da segmentação do público leitor, são “*antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade*”¹⁸.

O leitor da revista pretende ler a análise do acontecimento, familiarizar-se com as histórias de vida, divertir-se ao sabor das crônicas, deleitar-se com ilustrações e fotografias de qualidade, ou seja, é uma leitura de entretenimento, normalmente, menos politizada e factual em relação aos jornais. As revistas propiciam um espaço privilegiado de investigação, visto que detiveram públicos específicos e leituras de mundo distintas, tanto publicações noticiosas, destinadas ao grande público urbano, certamente, na casa dos milhões de pessoas, quanto magazines de público segmentado, a exemplo de associações engajadas nos direitos civis, como a revista *The Crisis*, como será visto adiante.

Partiremos a análise qualitativa. Trata-se de observar como o Brasil foi narrado por uma revista ligada aos direitos civis dos afro-americanos: *The Crisis*. Para efeito teórico, devemos antes, partilhar com o leitor uma inquietação.

A análise parte do olhar de intelectuais, ao que tudo indica pelas fontes, nunca estiveram no Brasil, pelo menos, até 1945. Isso não significa dizer que suas visões sobre o Estado Novo sejam *mais* ou *menos* “reais” ou “válidas” do que os

(*Washington Post* 18/11/37) “e o senador Edward Burke, lembrando que Roosevelt tinha certa vez elogiado Vargas, chamando-o de “um dos inventores do New Deal”, fez votos para que FDR não seguisse o exemplo de seu amigo brasileiro”. DULLES, John W. Foster. Getúlio Vargas. Biografia política. RJ: Renes, 1967. P 185.

¹⁸SIRINELLI. Os intelectuais e a política. In: Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 249

intelectuais/jornalistas que visitaram ou moraram em solo brasileiro, ou seja, não é nosso objetivo encontrar um “Heródoto – mentiroso ou não” - neste texto, porém, tomando emprestado conceitos de François Hartog - na escrita sobre o outro - devemos diferenciar o tipo de relato: o de quem “viu” para o de quem “ouviu” (no nosso caso, de quem “leu”)¹⁹. É mister compreender os canais de informações obtidos/traçados pelos intelectuais para que se procedesse a delicada *escrevência* sobre o Brasil. Esses canais basearam-se em relatos, leituras (brasileiras e estrangeiras) sobre o país, permeadas de imaginários ou de expectativas acerca da realidade dos trópicos. Apesar de não terem “visto” o Brasil com seus próprios olhos, as narrativas produzidas pelos colaboradores de *The Crisis* acerca do Brasil produziram um *efeito de crença* no leitor²⁰.

A Revista *The Crisis*, fundada pelo professor W.E.B Du Bois, ícone do pan-africanismo, representa um universo de várias publicações sobre os afro-americanos no século XX. Na década de 1910, a recém-fundada *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP)²¹ - necessitava criar um espaço de produção e divulgação de seus ideais a fim de promover o negro norte-americano como cidadão nos EUA. A missão foi incumbida ao “*estudioso, professor, historiador e porta-voz para o mundo raças mais escuras.*”²² William Edward Burghardt Du Bois, já com experiência na área, fundador de duas publicações anteriores²³. Assim nascia *The Crisis: A Record of the Darker Races*, a mais longeva publicação dos e sobre os negros, ainda em publicação.

The Crisis vinha na contramão da política anti-miscigenação estadunidense, objetivando lutar em duas frentes ao mesmo tempo: combater o preconceito, mormente às leis racistas que se espalhavam pelos estados norte-americanos, como também promover o negro, por meio da educação, a um *status* de cidadão de primeira categoria.

A revista logo se tornou grande sucesso com tiragens de 20.000 a 50.000 exemplares nas décadas de 1930 e 1940. A fórmula era simples: belas capas, retratando a beleza e a arte da população negra, artigos curtos, porém profundos, com temas que

¹⁹HARTOG, François. O espelho de Heródoto. p. 283.

²⁰HARTOG, François.op. Cit. p. 273.

²¹Associação Nacional para o avanço das pessoas de cor é a maior e mais antiga sociedade para a promoção dos direitos civis dos negros. <http://www.naacp.org/content/main>

²²MOON, Henry Lee. History of The Crisis. The Crisis, Novembro, 1970. p. 321

²³ Moon *Illustrated Weekly*, publicado em Memphis, 1906, e *Horizon: Journal of Color*, Washington, DC, 1907-1910. TEBBEL, John & ZUCKERMAN, Mary Ellen. The *Magazine in America* (1741-1990). New York: Oxford Press, 1991. p 136

versavam a produção literária, política, modos de vida e história dos negros nos EUA e ao redor do planeta.



Texto 1: exemplos de capas de *The Crisis*. Além de belas mulheres, artistas e afro-americanos de destaque estampavam as capas da publicação.

Em meio à luta cotidiana pelos direitos civis, mal assegurados pelas emendas 13, 14 e 15 da Constituição estadunidense, seriamente atacadas por decisões judiciais e por leis “não-escritas” (*unwritten laws*) nitidamente racistas, mormente, no sul dos EUA²⁴, os intelectuais afro-americanos procuravam exemplos em outras realidades a fim de incentivar os embates contra ações racistas em solo norte-americano. *The Crisis* escolheu o Brasil como um exemplo de convivência harmônica de brancos e negros, despertando interesse em entender o cotidiano, a cultura e famosa “democracia racial” brasileira, tão pregada nos discursos das autoridades Estado-novistas.

Nesse aspecto, indagamos: até que ponto o discurso da nação norte-americana era aceito por todos os grupos sociais? De que forma os escritores de *The Crisis* utilizam o Brasil como campo comparativo na *contra-narrativa* do nacionalismo estadunidense? Homi Bhabha nos responde: “o problema/ não é simplesmente a “individualidade” da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no

²⁴ GOMES, Heloisa Toller. Vozes em harmonia e conflito na construção da cidadania afro-americana. In: TORRES, Sonia (org.) Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001. p. 501

interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população”²⁵, ou seja, os afro-americanos, como minoria, estavam sujeitos às teorias raciais - não tão em voga na intelectualidade no Brasil na época, mas em ascensão nos EUA e Europa²⁶ -, não se sentiam integrados à nação americana *pedagogicamente* reforçada nos discursos democráticos antinazistas nas décadas de 1930 e 1940.

Por isso, o Brasil foi retratado por diversas vezes ao longo da trajetória do periódico, de maneira positiva, antes mesmo de ações oficiais como as do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), órgão incumbido, dentre outras atividades, pela divulgação positiva das relações Brasil-EUA durante a política de boa vizinhança²⁷.

O responsável pela maioria das matérias acerca do Brasil foi James W. Ivy²⁸, cujo esforço em compreender o papel do negro no mundo, levou-o acompanhar a trajetória dos afrodescendentes no planeta, perfazendo a função de “etnógrafo²⁹” para a revista *The Crisis*.

Quando James Ivy tomou o Brasil como exemplo da democracia racial, ignorando o fato da existência de um governo autoritário exercido por Getúlio Vargas, demonstrava o descrédito pelo qual passava a ideia da democracia americana. Para Ivy, como veremos adiante: antes um governo autoritário com integração do que uma democracia segregacionista.

Em janeiro de 1937, antes, portanto, do Estado Novo, *The Crisis* publicou editorial mensal tecendo críticas ao provável preconceito propagado pela edição de novembro de 1936 da revista *Life* (um grande sucesso editorial nos EUA) sobre o Brasil. A referida

²⁵ BHABHA, Homi. op. Cit. p.209

²⁶ SCHWARCZ, Lília. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, Cia das Letras, 2002. p 247.

²⁷ Ver: TOTA, Antônio Pedro. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

²⁸ James Ivy foi, segundo Zina Rodrigues, “um homem poliglota e cosmopolita, muitos de seus editoriais tratavam do problema do negro no planeta, sobretudo em Cuba, Brasil e nas Índias Ocidentais, os horrores do colonialismo europeu e o movimento de independência da Indonésia. O perfil de ajuda ecumênica da NAACP, inspirou a criação de associações de direitos civis no Brasil e Japão”. Revista *The Crisis*, julho/agosto de 2000. pag 72 -73.

²⁹ Homi Bhabha contribui com nosso entendimento sobre o referido conceito: “A importância dessa cisão narrativa do sujeito de identificação é corroborada com a descrição do ato etnográfico feita por Levi-Strauss O etnógrafo demanda que o próprio observador seja uma parte de sua observação e isto requer que o campo de conhecimento – o fato social total – seja apropriado de fora como uma coisa, mas como uma coisa que inclui dentro de si a compreensão subjetiva do nativo. A transposição desse processo para a linguagem da apreensão do *outsider* – essa entrada na área do simbólico da representação/significação – torna então o fato social “tridimensional”. BHABHA, Homi K. op. Cit. p. 212-213

revista tratou da suposta “incurável preguiça” dos *encantadores brasileiros* e esse fator, segundo *Life*, deveu-se aos conquistadores portugueses não terem trazido suas esposas, casando-se com índias, cujos descendentes juntaram-se com sangue dos escravos negros. O Brasil, segundo a revista, foi chamado pelos cientistas de “uma falha humana colossal”. A mistura não teria dado certo, por conta disso, o país estaria perdendo seus negócios de açúcar e borracha por pura preguiça ante as raças mais “enérgicas” ou “trabalhadoras”³⁰.

Os argumentos da revista *Life*, ao taxar de “incurável”, ou seja, herdada, a suposta preguiça dos brasileiros, revelam dois traços importantes: a permanência da visão estrangeira sobre a população brasileira *amolentada* pelo clima, que incomodava os intelectuais brasileiros³¹ e resquícios das teorias da degenerescência, oriundas do racismo científico do século XIX³², lembrando que as ideias eugênicas – que foram muito utilizadas pelos racistas no modernismo - nasceram no seio da nação norte-americana³³.

The Crisis contra-argumentou afirmando que se existe essa suposta “incurável preguiça” assemelhar-se-ia à dos brancos pobres e aristocratas dos Sul dos EUA, portanto, seria uma característica *climática* e não racial. Interessante é a utilização de argumentos da ciência da época, um certo “determinismo geográfico”, para justificar e comparar a semelhante e penosa preguiça dos povos tropicais com os sulistas norte-americanos.

Além do mais, *The Crisis* teceu uma série de elogios à política racial brasileira, onde negros votavam e detinham direitos iguais em relação aos brancos. O fim do editorial evidencia a visão política da revista:

É porque há igualdade social absoluta no Brasil que é, ao lado de Rússia, a maior democracia do planeta. Nossa grande república tem tido por muito tempo uma oportunidade de levar o mundo a este respeito, mas não teve a coragem, nem a visão para o fazer. Temos uma noção, também, que é menos condenável cultivar a preguiça do que tolerar linchamento³⁴

³⁰ Revista *Life* 23/11/1936. p 40-41. disponível no Google Books.

³¹ SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p 45.

³² FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. Então você pensa que é humano? Uma breve história da humanidade. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 87.

³³ GOULD, Stephen Jay. Dinossauro no palheiro: reflexões sobre a história natural. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p.347-359.

³⁴ It is because there is absolute social equality in Brazil that it is, next to Russia, the greatest democracy on earth. Our vast republic has long had an opportunity to lead the world in this respect, but it has had

O editorial denuncia claramente a política racista empregada nos EUA (*one drop rule*) – uma gota de sangue não-branco contaminaria seu portador -, excluindo-o da raça branca³⁵, preceito esse utilizado em muitos estados norte-americanos, com objetivo de proibir casamentos “inter-raciais”, o que resultou num aumento, ou reincidência, de todo modo, da política de perseguição e linchamentos praticados por organizações racistas conhecidas como a *Klu Klux Klan* contra os afro-americanos.

Outro ponto interessante é compreender o conceito de democracia utilizado pelo autor do editorial de *The Crisis*. Ao que tudo indica, há uma contradição: a revista afirmou que Brasil e Rússia seriam as maiores democracias do planeta e, por conseguinte, o negro detinha direito ao voto no Brasil. Na teoria, digamos, podia ser verdade, contudo, na prática, sabemos: tanto na Rússia Stalinista quanto o Brasil Varguista da década de 1930 não haviam eleições livres. No caso tupiniquim, talvez a escolha de moças em concursos de beleza ou da “rainha do rádio” fosse o máximo que poderiam se esperar de votações.

Suponhamos ser “democracia”, para o autor, a referência à igualdade de direitos sociais básicos, o que sabemos também não ter passado de discurso do governo, embora fosse nítida, no caso brasileiro, a melhoria nas condições sociais dos cidadãos, se comparadas ao período anterior, na Primeira República.

Em outro texto, esse inusitado, demonstra o grande interesse pelo Brasil que chega ao ponto da tentativa de incluir o sangue negro na família real portuguesa. Isso foi explicado por J.A Rogers, em artigo intitulado: “A supressão da História do Negro”, em maio de 1940. O autor comentou sobre a formulação de pergunta capciosa a um professor que realizara uma leitura sobre o Brasil na universidade. Rogers indagou ao mestre se D. João VI era negro, recebeu como resposta um sonoro: “impossível, ele não era negro. Era um *Bourbon!*” Rogers insistia, aludindo a uma citação da escritora duquesa d’Abrantés, - esposa do embaixador francês na corte joanina - que se referia a D. João com as seguintes características: “*sua enorme cabeça com seu cabelo de negro, estava perfeitamente em harmonia com os lábios grossos, nariz e cor de pele africanos*”, além desse “argumento antropométrico” da duquesa, Rogers sentenciou

neither the courage nor the vision to do só. We have a notion, too, that it is less reprehensible to cultivate laziness than to tolerate lynching. (*The Crisis*, janeiro de 1937 p 19)

³⁵MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue – história do preconceito racial. São Paulo: Contexto, 2009.p.120.

sobre a grande quantidade de negros em Portugal e que o retrato de D. João corresponderia à descrição da duquesa, cujo conhecimento acerca dos negros fora adquirido em viagem ao Haiti, antes de desembarcar no Brasil. Apesar da insistência, nada convencia o professor que o repreendeu: “*Não, ele não era negro, ele tinha adenoides*”³⁶, justificando o formato das narinas reais.

Em matéria datada de fevereiro de 1944, James Ivy publicou extensa reportagem ilustrada sobre o Brasil, ao estilo de narrativa de viagem, com o título, em letras garrafais: “*Brasil: onde os negros são integrados*”. Sob olhar estrangeiro³⁷, o Brasil foi descrito minuciosamente, sentenciado como “*muitos Brasis*”, apresentando um panorama geográfico-econômico das regiões brasileiras, comparando São Paulo, por exemplo, com qualquer cidade norte-americana, objetivando fomentar a curiosidade do leitor norte-americano.

Foi elogiada a mistura das raças provenientes do contato entre indígenas, portugueses e diversas nações africanas por essas terras, formando um mosaico de caboclos, caborés e mulatos nesse universo mestiço. Quantos negros existem no Brasil? Perguntou o articulista - e logo vem a resposta: “*não há como separar brancos de não-brancos no Brasil, um mulato claro pode ser considerado branco no Brasil, mas seria um negro nos EUA, estima-se em 40% o número de negros no Brasil*”³⁸. O autor concluiu com citação de Gilberto Freyre: “*cada branco, mesmo os louros, tem a alma, senão no próprio corpo a marca dos negros*”³⁹.

A integração racial foi ilustrada em diversas fotografias, todas cedidas pela Agência *Three Lions*, infelizmente, não foi possível, até o momento, identificar com precisão a fornecedora de fotos, porém, vale destacar que todas as fotografias se assemelham ao estilo documentarista de Genevieve Naylor, fotógrafa estadunidense com ampla produção no Brasil durante a década de 1940⁴⁰.

³⁶ Revista *The Crisis*, maio de 1940.

³⁷ A estratégia de comparação é frequentemente utilizada para representar o outro como assevera François Hartog: “Dizer o outro é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, a e b, e que a não é b. (...) Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que a e b entram num mesmo sistema (...) A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica de alteridade própria das narrativas que falam sobretudo do outro, especificamente as narrativas de viagem, em sentido amplo.” HARTOG, François. O espelho de Heródoto: ensaios sobre a representação do outro. BH: Editora UFMG, 1999.

³⁸ *The Crisis*, fev de 1944. p 41

³⁹ Idem.

⁴⁰ MAUAD, Ana Maria & PIMENTEL, Tarsila. A fotógrafa, a cantora e as imagens da boa vizinhança. In:

A figura de cima mostra crianças pobres numa escola no Rio de

Janeiro que oferece uma prova impressionante da variedade racial do povo brasileiro. Representado aqui toda a diversidade dos tipos físicos brasileiros e tonalidades de pele, nórdicos brancos, latinos brancos, mulatos, caborés e negros⁴¹.

Em outra foto, também de crianças, com o texto: “*Abaixo, à esquerda, estão os felizes estudantes tomando café da manhã gratuito no Rio de Janeiro. Mais uma vez note os diversos tipos raciais*”⁴². Mais do que o texto pode descrever, visualizar as fotografias substancia o discurso argumentativo da democracia racial. Interessante o reforço semântico de James Ivy quando o mesmo escreve que a imagem é “prova impressionante da variedade racial do povo brasileiro”, ou na ênfase ao leitor para que observe o fenômeno da mistura racial dos brasileiros ao incutir: “*Mais uma vez note os diversos tipos raciais*”.

Um brasileiro, certamente, ao ver a foto, notará a minoria de crianças com tipos físicos considerados “negros” na imagem dos estudantes na escola. Como toda imagem é um registro parcial e intencional de uma realidade, além de ser também “*documento e monumento*”, percebe-se, mesmo que de maneira sutil, uma tendência a mascarar a população negra no Brasil. Outra observação é o “esquecimento” sobre a situação de penúria da população, como pode ser visto na imagem dos filhos do minerador, as crianças, descalças, sentadas num banco improvisado de madeira e ao fundo, um casebre de taipa. *The Crisis*, portanto, ignorou a pobreza no Brasil, criando, de certa forma, uma imagem idílica de convivência harmônica das raças.

James Ivy retratou também várias formas de trabalho e diversão dos negros no Brasil, como o carnaval, “*já muito conhecido nos EUA*” e atividades econômicas, desde agricultores, preparando a terra para as “queimadas”, passando por salineiros em Fortaleza a guardas de trânsito, com legendas comparativas da vida no Brasil e nos EUA. Talvez o articulista quisesse responder ao artigo de *Life*, como vimos, escrito anos antes, onde era lamentada a miscigenação brasileira.

Reforcemos: as fotos e o texto evidenciam ao historiador o tipo de integração que ocorrera no Brasil. Ao analisarmos as fotos, observamos os negros em profissões de baixa remuneração, mascarou-se também o discurso Varguista sobre o negro, conforme interessante análise de Jerry Dávila, onde a ideologia do branqueamento esteve presente

⁴¹ *The Crisis*, fev de 1944. p 42

⁴² *Idem*.

no Brasil, às vezes, de maneira exacerbada no discurso de autoridades e intelectuais arianistas ou sorradeira, seguindo um padrão científico, trazido dos Estados Unidos por autoridades, a exemplo do educador Anísio Teixeira, como foi o caso do gradativo “branqueamento” das professoras formadas pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na década de 1940⁴³.

A obra “Casa Grande e Senzala” também foi comentada por James Ivy em extensa matéria, publicada na edição de maio de 1941, o autor analisou e comparou a influência do negro no Brasil com o Sul dos EUA. No texto, história, cultura e política do Brasil foram debatidas. Acerca da miscigenação, Ivy fez a comparação: *“nos EUA, um branco com ancestral negro é considerado negro, já no Brasil, um negro com ancestralidade branca, é considerado branco. São definições idiotas, mas a prática brasileira, é certamente, mais humana”*. A conclusão de Ivy, por um lado, nos revela a faceta racista brasileira, por outro, reforça o fascínio deste intelectual pelo Brasil, a partir da leitura Freyreana:

É claro que é impossível em uma resenha propiciar ao leitor uma ideia adequada da imensa amplitude e interpretação inteligente de documentos que é a Casa-Grande. Tudo o que um crítico pode fazer é a alusão à natureza germinal do livro, seu humor, seu liberalismo, livre de preconceitos, e imensa gratidão ao negro pelo que ele fez pela cultura brasileira⁴⁴.

Inegável a influência dos estudos de Gilberto Freyre no círculo da intelectualidade estadunidense, não apenas Freyre, mas toda a política do Estado Novo em propagandear a integração da raça, tenha surtido efeito aos engajados nos direitos civis dos negros nos EUA, conforme a escrita de James Ivy expressou. De fato, “Casa Grande & Senzala” revolucionou a historiografia da época ao retratar o negro, com todas as ressalvas, como componente fundamental no processo formativo da identidade nacional.

O artigo mais interessante refere-se a análise do livro “O Estado Nacional” de Francisco Campos, por James W. Ivy, em julho de 1941. A primeira questão tratou da caracterização do regime político brasileiro. Nele, o articulista argumentou:

Quando eu ouvi pela primeira vez que o Brasil era totalitário, eu naturalmente perguntei se foi adotada a ideologia nazista “tal e qual”.

⁴³ DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura – política social e racial no Brasil – 1917-1945. trad. Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: UNESP, 2005. p.192-196

⁴⁴ it is of course impossible in a review to give the reader an adequate idea of the immense sweep and intelligent interpretation of materials which is the casa-grande. All that a reviewer can do is to hint at the germinal nature of the book, its humor, its liberalism, its freedom from prejudice, and its imense thanks to the negro for what he has done for brazilian culture. (The Crisis, maio de 1941. p 174)

Eu também perguntei se, já que o [país] provavelmente tem a mistura étnica mais *heterogênea* de uma nação moderna, também tinha aderido completamente ao absurdo racial nazista do arianismo⁴⁵.

O autor questionou como o Brasil, país que supostamente teria adotado ideologia totalitária, semelhante ao nazismo, resolveria a questão racial em meio a miscigenação, tão característica de sua população. Apesar das propagandas girarem no sentido de afirmar que o Brasil era aliado do fascismo, referendadas pelas posturas ambíguas dos discursos de Vargas sobre o papel brasileiro na Segunda Guerra Mundial⁴⁶, bem como da repercussão negativa do golpe de 1937 na imprensa estadunidense⁴⁷, James Ivy insistiu em compreender qual era a natureza do Estado Novo. Ele argumentou que o Brasil - assim como as nações da América Latina - ainda não era uma democracia moderna, sendo, portanto, improvável remover o “feudalismo” dos séculos XV e XVI “da noite para o dia”. O modo de vida estabelecido pelos portugueses ainda persistira, os fazendeiros controlavam a política e a economia nacionais. Sobre a política da época, o autor elogiou Vargas:

Getúlio Vargas é talvez um pouco mais ousado, ou devo dizer um pouco mais honesto? Do que seus colegas caudilhos em reconhecer publicamente a *quase-legalidade* da natureza do direito. Vargas, naturalmente, não é o ideólogo do seu regime⁴⁸.

O ideólogo, na opinião do articulista, era o Ministro da Justiça Francisco Campos, autor da Constituição de 1937, cujos discursos, entre 1935 e 1939, foram compilados no livro “O Estado Nacional: sua estrutura e conteúdo ideológico”. Objeto

⁴⁵ When I first heard that Brazil had gone totalitarian, I naturally wondered if she had adopted the Nazi ideology hook-line-and-sinker. I also wondered if she, since she probably has the most heterogeneous ethnic mixture of any modern nation, had also gone in completely for the Nazi racial nonsense of Aryanism. *The Crisis*, julho de 1941. p 235.

⁴⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007. p.377

⁴⁷ Exemplifica-se com algumas manchetes dos jornais pesquisados. *Chicago Tribune*: Head Of Brazil Moves To Create Dictator Rule Corporate State Planned in New Constitution. (Chefe do Brasil move-se para criar regras ditatoriais. Estado Corporativo é planejado na nova constituição) 10/11/37; Brazil Chief Sets Up Dictatorship; Shuts Congress Suspends Payment on All Foreign Debts. (Chefe brasileiro estabelece uma ditadura; fecha o Congresso e suspende todos os pagamentos estrangeiros) 11/11/1937; *Los Angeles Times*: Brazil and Fascism (Brasil e o Fascismo) 08/04/1938; *The Washington Post* : Vargas Stays "Indefinitely." (Vargas permanece “indefinidamente”) 11/11/1937; *The New York Times*: Brazilians Seem Happy, Reporter Says on Phone (os brasileiros parecem felizes, conta nosso repórter por telefone) 10/11/1937; Congress Is Ended; State Bodies Dissolved as New Constitution Is Promulgated (Congresso é fechado; órgãos de Estado são dissolvidos com a promulgação da nova constituição) 11/11/1937;

⁴⁸ Getulio Vargas is perhaps a little bolder, or, shall I say a little more honest? Than his fellow caudillos in acknowledging publicly and quasi-legally the nature of the rule. Vargas is, of course, not the ideologist of his regime. (*The Crisis*, julho de 1941. p 235)

de análise do autor, tendo sido seu primeiro capítulo - uma palestra proferida na Escola de Belas Artes em 28 de setembro de 1935, intitulada "Política e Nosso Tempo"- comentado por James Ivy ao leitor estadunidense:

Este primeiro capítulo aponta para o fato óbvio que a "democracia liberal" contemporânea está em bancarrota. Como o autor ironicamente observa: "O princípio da liberdade individual, fez o forte, mais forte e os fracos, mais fracos. No entanto, o princípio da liberdade individual não garante a ninguém o direito ao trabalho, à segurança ou educação ". Ele também acrescenta: "as formas da vida política parlamentar são destituídas hoje, de todo o conteúdo e significado espiritual"⁴⁹.

Interessante observar que o pensamento de Campos, ora aceito por Ivy, foi bastante difundido nos EUA pós- crise de 1929 e durante boa parte da década de 1930: a descrença do sistema político e certa simpatia de setores intelectuais pela forma autoritária de governar⁵⁰. Michael Schudson exemplifica com a fala do Presidente da República dos EUA Nicholas Murray Butler,- quando este afirmara numa palestra aos calouros da Universidade de Columbia, - que haveriam dois métodos de governar no século XX: democracia e ditadura, sendo o segundo melhor pois concederia autoridade e poder a homens muito mais inteligentes, de caráter muito mais forte e corajosos, ante os eleitos⁵¹. Félix Frankfurter escrevia que: “*epitáfios para a democracia são a moda do dia*”. São apenas exemplos de vários homens públicos e formadores de opinião que expressaram o pessimismo pelo regime democrático.

Outro argumento de Campos sobre o qual “*O Estado e a sociedade modernas são muito complexas para serem geridas por uma sociedade de debates, as massas são incompetentes para decidir sobre as questões técnicas de governo e da economia*”, casou-se com o pensamento do articulista Water Lippmann, na obra “o público fantasma” de 1925: “*questões públicas não são questões do cidadão privado*” e “*não*

⁴⁹ This first chapter points out the obvious fact that contemporary “liberal democracy” is bankrupt. As the author ironically observes: “ The principle of the individual liberty made the strong, stronger; and the weak, weaker. Yet the principle of individual liberty guarantees no one the right to work, to security, or an education”. He also adds: “Parliamentary forms of political life are today destitute of all content and spiritual significance”. (*The Crisis*, julho de 1941. p 235)

⁵⁰ No caso brasileiro, Daniel Pécaut aponta diversas razões para grande parte da intelectualidade ter aderido às ideologias antiliberais. Desiludidos com a república oligárquica e imbuídos do fervor da “missão política do intelectual”, esses sujeitos viram no Estado fortalecido o instrumento necessário na promoção da organização e “civilização” do povo. PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.20-96

⁵¹ SCHUDSON, Michael. Descobrindo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Trad. Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010 p. 145

há sabedoria especial na vontade da maioria. Ao contrário, é mais provável encontrar sabedoria entre os iniciados, especialistas na prática de governar”⁵². Argumentos que se aproximam de uma certa visão “moderna” de cunho antidemocrático, marcada por um *irracionalismo*, onde o temor da força política das massas era evidente.

Apesar da crítica ao desfecho da democracia brasileira, a questão racial amaciava o discurso de James Ivy, como se a integração racial bastasse por si mesma para a promoção da democracia política:

Os velhos poderes e deveres do parlamento, sob a nova Constituição brasileira, foram seriamente ameaçadas. Ao contrário da Alemanha nazista, os brasileiros de ambos os sexos ainda mantêm o direito de sufrágio, a liberdade de expressão, reunião e imprensa, mas com certas limitações⁵³.

O articulista, ironicamente, observava os dispositivos elaborados pela Constituição de Francisco Campos, no qual criou mecanismos pseudo-democráticos para mascarar a ditadura que se seguia:

É interessante notar que a Constituição (artigo 80) diz que "O mandato presidencial é de seis anos." Que uma das prerrogativas do Presidente (art. 75a) é " nomear um dos candidatos à Presidência da República ". Que o Presidente "da República, atualmente em exercício [Vargas], tem esse prazo prorrogado até o plebiscito, previsto no artigo 187, tem lugar, mas esse plebiscito pode ser chamado apenas pelo Presidente (art. 187) muito inteligente, não é?"⁵⁴

A leitura é óbvia: Vargas mantém o poder sob seu controle, pois todas as ações práticas para a elaboração de eleições, dependiam, necessariamente, do presidente, o próprio Getúlio, o menos interessado em qualquer mudança política. James Ivy definiu com clareza o sistema político-econômico brasileiro, ao compará-lo com outras nações que adotavam políticas antiliberais semelhantes:

Não é necessário insistir que o Estado brasileiro, é democrático, e ao

⁵² SCHUDSON, Michael. op. Cit. p.147

⁵³ The old powers and duties, under the New Brazilian Constitution, of parliament have therefore been seriously curtailed. Unlike Nazi Germany Brazilians of both sexes still retain the right of suffrage, freedom of speech, assembly, and the press, but with certain limitations. (The Crisis, julho de 1941. p 235)

⁵⁴ It is interesting to note that the Constitution (Art 80) says that “The presidential term of office is six years.” That one of the prerogatives of the President (art 75a) is “to nominate one of the candidates to the Presidency of the Republic”. That the “President of the Republic, actually in office [Vargas], has this term renewed until the plebiscite, referred to in Article 187, takes place; but then this plebiscite can be called only by the President (art 187) very clever, eh? (The Crisis, julho de 1941. p 235)

mesmo tempo, autoritário e totalitário, a autoridade suprema foi investida ao Presidente da República, que a exerce em nome do povo e no interesse de seu bem-estar ". (...) Uma coisa é certa, o regime de Getúlio Vargas certamente não é um regime fascista no sentido europeu. Parece uma concepção e aplicação brasileira. (...) Nem a Constituição Brasileira nem o Estado Nacional mencionam o absurdo racial dos nazistas. Há referências a "raça brasileira" [a Raça Brasileira, escrito em português], mas a raça é usada no sentido de nacionalidade. Muitas das sugestões e esquemas de Campos já são aceitos como parte de nosso próprio *New Deal*, embora sob escrita estrita, tais argumentos são convincentemente avançados. Quer você concorde com o autor ou não, suas opiniões e ideias são pensamentos sérios e valem a pena⁵⁵.

Parafraseado o James Ivy: quer você concorde ou não com a visão positiva de *The Crisis* sobre a política racial brasileira, certamente, esse ponto de vista foi lido e reinterpretado pelos leitores da revista, trazendo, de todo modo, um panorama positivo sobre a brasilidade e sua política, contribuindo assim para alimentar as boas relações Brasil-Estados Unidos da época. Lembrando Michel de Certeau, a escrita da história (e nesse caso a narrativa de *The Crisis*) deve ser levada em consideração o *lugar* de onde se fala e para quem se fala. Dito de outro modo, o intelectual afro-americano, cuja responsabilidade era lutar contra o racismo praticado nos Estados Unidos, escreveu para seus congêneres sobre as benesses da política racial brasileira para com negros. É desse lugar de onde se deve pensar a produção das narrativas do periódico, sobre o qual se “permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros”⁵⁶.

Para *The Crisis*, a discussão racial não se desvincula da natureza política da sociedade. Sob ótica desses intelectuais afro-americanos, era melhor o Estado Novo getulista do que o *New Deal* Rooseveltiano, visto que a questão das raças no Brasil era percebida como positiva no exterior, como informa Lília Schwarcz:

Por outro lado, em sua representação exterior, o Brasil é ainda reconhecido como um país interessante, como previa Nina Rodrigues

⁵⁵ it is not necessary to insist that the Brazilian State, while democratic, is at the same time totalitarian and authoritarian, supreme authority being vested in the President of the Republic, who exercises it in the name of the people and in the interest of their welfare". (...) One thing is sure, the present Vargas regime is certainly not a fascist regime in the European sense. It seems Brazilian in conception and application..(...) Neither the Brazilian Constitution nor The National State mentions the racial nonsense of the Nazis. There are references to “the Brazilian race” (a raça brasileira), but race is used in the sense of nationality. Many of Campos suggestions and schemes are already an accepted part of our own New Deal albeit under strictly written and its arguments cogently advanced. Whether you agree with the author or not, his views and ideas are worth serious thought. (*The Crisis*, julho de 1941. p 235)

⁵⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. São Paulo, Editoria Forense, 2000. p 77

em finais de século. Interessante porque diferente, interessante porque composto de por uma população mista. É ainda a imagem da convivência racial pacífica, cunhada por Freyre que aparece desenhada no Zé Carioca de Disney, no Carnaval exportado pelas grandes agências de turismo, na imagem do malandro que cada vez mais se distancia da realidade. É essa representação mestiça do país que de negativa se transforma em exótica, de científica se modifica em espetáculo⁵⁷.

Esse “espetáculo das raças” brasileiras para os norte-americanos nos faz lembrar o ditado que intitula este artigo: o Brasil seria a invejada casa do vizinho, onde a grama era mais verde e as cercas mais brancas. Já para o invejado vizinho - os brasileiros, negros ou não, vivendo no período conturbado do getulismo, - a resposta a visão de *The Crisis* poderia ser uma célebre frase de Millôr Fernandes: “*Como são admiráveis as pessoas que não conhecemos muito bem*”⁵⁸.

⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia. op.cit.p 249.

⁵⁸ <http://oglobo.globo.com/cultura/frases-marcantes-de-millor-fernandes-4433871>